

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15843 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

A PSEUDOPARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NO NOVO ENSINO MÉDIO GAÚCHO

Carina Tonieto - IFRS - Instituto Federal Rio Grande do Sul

Caroline Simon Bellenzier - UPF - Universidade de Passo Fundo

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

## A PSEUDOPARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NO NOVO ENSINO MÉDIO GAÚCHO

**RESUMO:** O objetivo geral é analisar a forma de participação dos jovens na elaboração do novo Ensino Médio Gaúcho. Para tanto, busca-se responder a seguinte pergunta: Qual o nível de participação dos estudantes gaúchos na implementação do Novo Ensino Médio? Nesse sentido, o estudo adota a hipótese de que foram possibilitados aos estudantes espaços participativos durante a organização e implementação da flexibilização curricular por meio da escolha dos itinerários formativos, no entanto, trata-se de uma pseudoparticipação. A hipótese é corroborada na escuta dos estudantes gaúchos de dez escolas que fizeram parte do projeto piloto, por meio da aplicação de questionário e realização de grupos focais. Na avaliação da grande maioria dos estudantes eles não foram ouvidos na organização e definição dos itinerários formativos e as escolhas que fazem estão condicionadas aos itinerários que as escolas conseguem oferecer considerando o número de estudantes e turmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação. Ensino Médio. Juventudes. Políticas Públicas Educacionais.

A participação das juventudes na construção de políticas é fundamental à formação e fortalecimento de uma educação humana, cidadã e democrática. Ao possibilitar a experiência participativa, as juventudes têm a possibilidade de vivenciar “[...] processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas” (Dayrell, Carrano, 2014, p. 121). Assim, entende-se, a participação dos sujeitos como uma prática relevante e significativa por propiciar aos jovens a vivência com “[...] valores como os da solidariedade e da democracia e por permitir o aprendizado da alteridade. Isso significa, em última instância, aprender a respeitar, perceber e reconhecer o outro e suas diferenças” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 121).

O discurso do protagonismo e participação dos estudantes recebeu grande atenção no contexto da reforma do ensino médio brasileiro, exaltando a liberdade de escolha e autonomia, como bandeiras marcantes na condução da reforma. Alguns jovens puderam participar de atividades vinculadas aos desdobramentos da reforma curricular, no entanto,

percebe-se a fragmentação e o engessamento da prática participativa, uma vez que ocorreu de forma administrada. Por isso, talvez seria coerente afirmar que a participação dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais constituiu-se mais numa retórica persuasiva de *marketing*, do que propriamente um processo democrático de envolvimento dos jovens.

Nesse sentido, a presente investigação se detém ao contexto da reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17) e pretende analisar o nível de participação dos jovens gaúchos na elaboração do novo Ensino Médio. Realiza-se por meio de uma pesquisa básica, exploratória, qualitativa-quantitativa e um estudo de caso com dez escolas gaúchas que fizeram parte do projeto piloto. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionário para 1.020 jovens e realização de grupos focais com 29 estudantes (CAAE nº. 48056221.2.0000.5342).

Um processo é democrático, quando os movimentos políticos que compõe uma determinada sociedade estão entrelaçados de forma significativa. Essa dimensão participativa no contexto das políticas educacionais ocorre quando os sujeitos refletem e participam ativamente das escolhas. Os jovens fazem parte do grupo de estudantes mais afetado pela reforma curricular do ensino médio, e é de suma importância que possam ser ouvidos e acolhidos ao que tange às suas necessidades, anseios e diversidades.

A elaboração e aprovação imperativa, considerando apenas o contexto macro, da reforma do ensino médio mostra que os estudantes não foram ouvidos na concepção e produção do texto da política, assim como, no contexto da prática da política, ou seja, na operacionalização da reforma. A participação dos estudantes se deu de forma manipulada, decorativa, simbólica e operacional, figurativa e controlada (Costa; Vieira, 2006). A visão dos 1020 estudantes participantes da pesquisa, corroboram tais constatações: apenas 8,4% consideram que foram ouvidos em todos os momentos de definição e organização dos itinerários formativos; 48,1% consideram que foram ouvidos somente em alguns momentos; 25,8% afirmam que não foram ouvidos; e, 17,6% afirmam não saber o que são itinerários formativos.

Assim, é perceptível que para este grupo de estudantes a política se consolidou por meio de um discurso político enganoso a respeito da participação e protagonismo juvenil. Esse discurso retórico ancorado em uma ideia de participação e protagonismo juvenil já apresentava indícios de sua insipiência em relação ao objetivo principal da reforma. Conforme afirma Mainardes (2007, p. 38) “[...] apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas” e as vozes dos jovens, no contexto da reforma do Ensino Médio, apesar de retoricamente serem consideradas legítimas, não foram efetivamente ouvidas, seja durante a produção da política vide a desconsideração das manifestações dos estudantes, seja durante a construção da reforma (Oliveira; Silveira, 2020) e iniciativas recentes de ajustes, seja durante a implementação da flexibilização curricular.

Nesse sentido, reforça-se o posicionamento de Souza (2009), no que se refere ao

discurso da participação no processo de produção da política, pois, na prática, não se possibilitou, aos estudantes, atuar ativamente e de forma cidadã na construção do documento, evidenciando o que a literatura (Santos, 2016; Ball; Maguire; Braun, 2016) observa acerca da produção das políticas: os sujeitos não são incluídos nos processos de decisão. Entretanto, isso pode acarretar em dificuldades na atuação da política, ou seja, não alcançar os objetivos formativos propostos, uma vez que os sujeitos não participaram do processo de elaboração e não se encontram no texto da política, pois o contexto em que estão inseridos é muito diferente do que é proposto nos documentos.

As manifestações dos estudantes, nos grupos focais, quanto a escolha dos itinerários formativos, principal estratégia de flexibilização curricular, reforça a tese de que a participação estudantil está restrita a uma pseudoparticipação, ou seja, um misto de participação manipulada, decorativa, simbólica e operacional (Costa; Vieira, 2006):

**Estudante K1:** [...]é tipo duas turmas pro ensino médio, primeiro e segundo, e a gente teve que escolher aquilo que a gente nem gostava por causa disso, sabe. Então, eu acho que foi meio mal elaborada essa ideia.

**Estudante G3:** Nos primeiros dias de aula, colocaram a gente numa quadra, explicaram pra gente que deveríamos escolher entre dois itinerários e a gente colocou numa urna o que a gente queria e foi feita a divisão. [...]. Então, eu acho que não houve nenhum tipo de protagonismo dos alunos [...].

**Estudante M2:** Não, a gente não sente que foi escutado, porque, pra mim, pelo menos, um formulário só para saber quais eixos teriam na escola não é escutar a opinião dos alunos [...].

**Estudante C1:** [...] quando pediram para a minha turma do primeiro ano sobre esses itinerários, a gente foi numa sala, eles largaram um *cromebook* para nós e eles falaram para a gente escolher [...] a gente acabou tendo, entre aspas, duas opções só, né, ou é essa ou é aquela, é isso. Então, tem muita gente que escolheu a força o que não gosta ou que não gostaria de seguir para os próximos anos, porque não tinha opção para escolher a matéria que mais gostava, ou que se encaixa melhor.

**Estudante M2:** [...] eu tive um formulário para escolha dos eixos que ia ter aqui na escola, então, a gente podia votar em um e foram escolhidos dois [...].

As juventudes são os sujeitos mais afetados na reforma, porém, como observa-se, eles não tiveram e não tem a possibilidade de participação efetiva como prometido, restando a pseudoparticipação no contexto do ensino médio gaúcho. Leão (2018) ressalta a importância da participação das juventudes nos processos de elaboração de políticas públicas educacionais, devido à disparidade situacional presente nos cotidianos desses jovens e, em especial, por eles estarem vivenciando as reformas e restaurações das políticas. Se, de fato, há um grande interesse de “agradar” aos jovens, por que esses não foram e não são ouvidos? Por que a sua participação está restrita a uma pseudoparticipação? A falta de espaço participativo no contexto da reforma do Ensino Médio evidencia-se pela dificuldade estrutural em considerar os jovens como atores seja no processo de elaboração ou de implementação (Leão, 2018). Os jovens são vistos, desse modo, como destinatários da reforma, porém a falta de diálogo e de escuta contribui para a não efetivação do aclamado protagonismo estudantil por meio do atendimento de seus interesses e escolhas formativas.

As juventudes se transformam e transitam em meio às mudanças que ocorrem mediante experiências e desafios, e, justamente, no decorrer dessa trajetória, formam sua concretude e sua forma própria de ser jovem (Leão; Santos, 2018). Nesse sentido, destaca-se

que os jovens não são parte de um movimento homogêneo e linear, pois se modificam e se transformam e, por isso, reforça-se a necessidade de escuta, de um espaço dialógico para compreender as suas demandas, carências, anseios e mobilizá-los para o envolvimento efetivo com as atividades escolares, o que, segundo os dados apresentados, não está ocorrendo no Ensino Médio gaúcho.

Defende-se, em consonância com a literatura, que a participação, o diálogo, os espaços de discussão em relação à produção de políticas voltadas às juventudes como espaços instituídos de reflexão e desenvolvimento das compreensões, para que, com isso, a participação dos estudantes seja efetiva. Esses espaços possibilitam a participação cidadã como um processo de aprendizagem, não apenas abordando a cidadania como uma temática, mas “[...] como o exercício de atores concretos face às suas demandas no espaço público” (Leão; Santos, 2018, p. 793). As juventudes, dessa forma, não são apenas vistas como destinatárias das políticas, mas, sim, como os atores principais, com direito a participar desde sua formulação (Leão, 2018).

No que diz respeito a reforma do Ensino Médio gaúcho, é possível inferir que desde a produção do texto da política até a sua implementação houve uma pseudoparticipação das juventudes, pois não ocorreu um processo democrático de discussão com os destinatários principais da reforma. Os interesses empresariais e os princípios neoliberais destinados a formatar as políticas educacionais se sobrepuseram ao cenário educacional da grande maioria das escolas públicas do país, desconsiderando a avaliação das juventudes a respeito da proposta que promete intervir no seu futuro. Desse modo, a honestidade e transparência político-pedagógico na produção da política e no contexto da prática estiveram e continuam ausentes no relacionamento com os jovens, pois no discurso se defende o protagonismo, mas na prática acontece a pseudoparticipação.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. (2017). Disponível em: . Acesso em 09 dez. 2021.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é esse aluno que chega à escola? In: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (ORGs.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-134.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. São Paulo: FTD, 2006.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do Ensino Médio brasileiro?

**Educação em Revista**, v. 34, 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/?lang=pt> >. Acesso em: 03 jan. 2024.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira; SANTOS, Thais Nanes De Araújo. A participação juvenil no Ensino Médio brasileiro: um campo de estudos em construção. **Práxis Educativa**, v. 13, n. 3, p. 787-804, 2018. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6844915> >. Acesso em: 03 jan. 2024.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Falconiere Leone Bezerra de; SILVEIRA, Éder da Silva. Violência Curricular e a Primavera Secundarista: análise dos movimentos de ocupação das escolas de Ensino Médio do Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical And Technological**, v, 7, p. 303-323, 2020. Disponível em . Acesso em: 12 abr. 2024.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: . Acesso em: 8 abr. 2024.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Promulgação de políticas na escola: considerações a partir da Teoria de Atuação e do Ciclo de Políticas. **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, p. 271-282, 2016. Disponível em: . Acesso em: 18 out. 2023.